



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na questão ambiental.

AS IMPLICAÇÕES DO “CAPITALISMO ACADÊMICO” NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E EM SEUS FUNDAMENTOS

MARILEIA GOIN¹

Resumo: O presente artigo se propõe a debater as implicações a que a profissão está submetida no bojo das tendências ultraconservadoras expressas nas diversas esferas da vida social. O eixo de análise está solidificado na realidade profissional em termos (numéricos) da formação e do trabalho profissional e no debate da concepção de Fundamentos do Serviço Social – por vezes traduzido de forma indefinida na profissão –, tendo em vista que a imprecisão conceitual dos Fundamentos, nos marcos da conjuntura de formação desenfreada, pode levar a processual degenerescência profissional.

Palavras-Chave: Serviço Social; Fundamentos; Formação e Trabalho Profissional; Implicações à profissão.

Resumen: El presente artículo se propone a debatir las implicaciones a que la profesión está sometida en el seno de las tendencias ultraconservadoras expresadas en las diversas esferas de la vida social. El eje de análisis está solidificado en la realidad profesional en términos (numéricos) de la formación y del trabajo profesional y en el debate de la concepción de Fundamentos del Trabajo Social - a veces traducido de forma indefinida en la profesión –, teniendo en cuenta que la imprecisión conceptual de los Fundamentos, en los marcos de la coyuntura de formación desenfreada, puede llevar a la procesal degeneración profesional.

Palavras-clave: Trabajo Social; Fundamentos; Formación y Trabajo Profesional; Implicaciones a la profesión.

1 INDICAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Os dois últimos anos revelaram a sucessão de perdas que o atual governo da república brasileira – com 75% de desaprovação² (avaliação ruim ou péssima), segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) de junho de 2018, de um total de aproximadamente 150 milhões de eleitores, o que remonta cálculo de 112 milhões de pessoas – tem desprovido à população, com destaque as já conhecidas contrarreforma trabalhista, a Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos (que atingem

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade de Brasília. E-mail: <mari.goin@hotmail.com>.

² Segundo a pesquisa, apenas 4% da população considera o governo Temer como ótimo ou bom, percentual sem precedentes na história brasileira.

basicamente as políticas sociais) e a proposição da contrarreforma da previdência social.

Informações do IBGE de dezembro de 2017 e publicizados em abril de 2018, revelam que enquanto os 10% mais ricos detinham 43,3% da renda total do país, os 10% mais pobres detinham 0,7%. A concentração de renda se agudiza ainda mais quando associamos a um sistema tributário que sobretributa as camadas mais desfavorecidas da população, em detrimento da diminuição ou até isenção tributária para as empresas e grandes fortunas.

Essa conjuntura impõe a incontestável necessidade de tratar o Serviço Social como partícipe dos processos de continuidades e rupturas infligidos ao conjunto dos/as trabalhadores/as no marco da sociabilidade burguesa, a qual explora o homem pelo homem e propala a precisão de profissionais que “façam de tudo”, que transitam entre as diferentes áreas, flexíveis, polivalentes, colaboradores.

Diante disso, a explícita contra-hegemonia do Serviço Social precisa estar ávida, na medida em que não só se engaja em lutas com objetivo de resistir à subsunção do/a trabalhador/a ao capital, à apropriação privada dos produtos do trabalho social, mas também na defesa das suas particularidades profissionais, expressas por competências profissionais e atribuições privativas, que se traduzem no *modo de ser* da profissão na divisão social e técnica do trabalho e que lhe atribui significado social.

Não se trata de qualquer profissão. Mas de uma cujo *modo de ser* do Serviço Social exige articulação entre as dimensões (1) teórico-metodológica; (2) técnico-operativa; (3) ético-política; (4) investigativa; e (5) formativa as quais, conjugadas, conduzem “o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer” (ABEPSS, 1996, p.13).

Por isso, a formação não é entendida como sinônimo de *ensinar fazer* Serviço Social, mas nela se encontram implicadas habilidades, competências e atitudes – investigativa, propositiva, ética e democrática –, de modo a evitar “continuar pensando o Serviço Social *pele* Serviço Social e *no* Serviço Social” (SANTOS, 2011, p. 28).

Em termos de trabalho profissional, embora a operacionalidade do trabalho profissional veicule as dimensões constitutivas de todo e qualquer

processo de trabalho, é a dimensão intelectual e ontológica do trabalho que nos permite ultrapassar a mera organização racional e técnica do trabalho, a partir daquilo que é particular ao trabalho do/a assistente social no nosso campo de intervenção, e reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações não só materiais, mas ideopolíticas.

É considerando esses elementos que o presente artigo se propõe a debater as implicações a que a profissão está submetida no bojo das tendências ultraconservadoras expressas nas diversas esferas da vida social. O eixo de análise está solidificado na realidade profissional em termos (numéricos) da formação e do trabalho profissional e no debate da concepção de Fundamentos do Serviço Social – por vezes traduzido de forma indefinida na profissão –, tendo em vista que a imprecisão conceitual dos Fundamentos, nos marcos da conjuntura de formação desenfreada, pode levar a processual degenerescência profissional, na medida em que resultam em impactos sobre os alicerces da profissão, os quais podem, de acordo com a resistência profissional, tomar maior ou menor magnitude sobre o direcionamento profissional no bojo da sociabilidade burguesa.

2 OS REBATIMENTOS NUMÉRICOS E CONCEITUAIS DO “CAPITALISMO ACADÊMICO” NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

A partir do que conceitualmente foi aludido, sintonizar o debate dos Fundamentos do Serviço Social no cenário da formação e do trabalho profissional no tempo hodierno torna-se elementar, na medida em que muitos desafios se apresentam frente a ampliação desmedida dos indicadores numéricos acadêmicos, cujo alicerce está na política do Banco Mundial, sob a qual se sustentam o empresariamento da educação superior, o desmonte das universidades públicas — cujo exemplo representativo no Chile³ e na União Europeia é a inexistência de universidades gratuitas (como no Brasil), ao passo

³ Mesmo que se tratando de um país latino-americano, as reformas educacionais realizadas, no Chile, nos últimos anos observam os pressupostos do Tratado de Bolonha, em consonância com as orientações do Banco Mundial de ampliação do lineamento com universidades dos países centrais — ou seja, Estados Unidos e Europa —, objetivando a consolidação do caldo ideológico e político que autentica a dinâmica hegemônica.

que coadunam com os pressupostos do Tratado de Bolonha — e a diversificação nas formas de financiamento, que levam à educação a reprodução de um dimanado “capitalismo acadêmico”, em que se torna veio de lucratividade e aprofundamento ideopolítico burguês (GOIN, 2016).

No caso do Serviço Social no Brasil, as estratégias de privatização e mercantilização do ensino superior pelo estímulo à criação e/ou pelo fortalecimento das instituições de ensino privadas, sejam elas universidades, sejam centros universitários, faculdades ou institutos, revelam aumento desmensurado dos números em termos de (1) instituições que ofertam o curso, (2) número de vagas; (3) matriculados/as; e (4) número de concluintes, nas modalidades presencial e à distância.

Dados da Sinopse Estatística da Educação Superior Brasileira (INEP, 2017), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), evidenciam que, do total de 2.407 instituições de ensino superior, em 2016, 2.110 eram privadas, o que equivale a um percentual de aproximadamente 90% do ensino superior em âmbito privado. Areladas a isso, as políticas educacionais incitam à privatização interna das universidades públicas, ao passo que criam cursos pagos ou com contrapartida dos/as acadêmicos/as e abrem um leque de possibilidades para parcerias com empresas privadas (LIMA, 2013), sob a falácia de tornar a universidade lócus de excelência acadêmica. Para agudizar o quadro e escancarar os pressupostos da reforma impressa à educação superior, a conjugação entre modalidade presencial e à distância, cuja certificação de massa é pressuposto básico, revelam a ausência de parâmetros que mensurem patamares de qualidade mínimos.

Do universo das instituições de nível superior registradas pela Sinopse Estatística da Educação Superior Brasileira realizada em 2016 e publicada em 2017, aproximadamente 15% ofertam o Curso de Serviço Social, sendo que uma instituição, em face dos seus campi, oferta mais de um curso, conforme se observa no cômputo de 435 cursos no Brasil, visualizado no Quadro 1. Com base nisso, entre 2013 e 2016, percebe-se o aumento de 7% no número de cursos, registrado elementarmente em instituições privadas e na modalidade à distância,

cujo percentual registra um aumento de 60% - sem considerar o número de pólos de cada instituição –, em detrimento de 7% na modalidade presencial.

Quadro 1 – Número de instituições e cursos de Serviço Social ofertados no Brasil

Número de instituições que ofertam cursos de Serviço Social no Brasil (2016)					
Total de Instituições		Instituições Públicas		Instituições Privadas	
348		59		289	
Número de cursos de Serviço Social ofertados no Brasil – modalidade presencial e a distância (2016)					
Total de Cursos		Instituições Públicas		Instituições Privadas	
435		73		362	
Presencial	Distância	Presencial	Distância	Presencial	Distância
407	28	72	01	335	27

Fonte: INEP (2014); INEP (2017).

Ao que se refere à natureza institucional, enquanto 17% dos cursos na área registram-se em instituições públicas, outros 83% estão nas privadas, tendência já expressa pela Sinopse de 2013, que apresentava um percentual de 81% da oferta de cursos no âmbito privado.

De forma mais específica, as Sinopses Estatísticas (INEP, 2014; INEP, 2017) elucidam que enquanto em 2013, 79.163 matrículas no curso de Serviço Social estavam na modalidade presencial — das quais 75% eram em instituições privadas (aproximadamente, 59.972 matrículas) e apenas 19.191 em instituições de ensino públicas —, se registravam outras 94.595 na modalidade à distância, sendo 9.424 em instituições públicas (estaduais) e 85.171 em privadas, em 2016 do total 164.691 matrículas, 41% registrava-se na modalidade presencial (68.636) e 59% na modalidade à distância (96.055), conforme o Quadro 2, que segue.

Quadro 2 – Número de matrículas nos cursos de Serviço Social no Brasil nas modalidades presencial e a distância (2013 e 2016)

Modalidade \ Ano	2013	2016
	Modalidade Presencial	79.163
Modalidade à Distância	94.595	96.055
Total de matrículas	173.758	164.691

Fonte: INEP (2014); INEP (2017).

A tendência ao que se refere ao número de matrículas também se expressa no montante de vagas abertas no Brasil, pois os 41% do total de vagas ofertadas equivale ao mesmo percentual de matrículas efetivadas na modalidade presencial e, com isso, outros 59% fazem menção à modalidade à distância, seja em termos de vagas, seja em matrículas efetivadas e ativas.

Sobretudo, essa convergência se altera se comparado ao número de concluintes, cujo número registrado em 2016 é de 29.403, tendo em vista que 47% do número de graduados/as em Serviço Social remetem à modalidade presencial e outros 15.526, à distância, cuja maioria, independente da modalidade, em instituições privadas de ensino superior, conforme pode ser observado no Quadro 3.

Quadro 3 – Número de concluintes nos cursos de Serviço Social no Brasil nas modalidades presencial e à distância (2016)

Total	Presencial		Distância	
29.403	13.877		15.526	
	Pública	Privada	Pública	Privada
	2.698	11.179	147	15.379

Fonte: INEP (2014); INEP (2017).

Na ótica do número de concluintes, informações das entidades representativas da categoria⁴ indicam que se, em 2007, o montante de profissionais Assistentes Sociais⁵ girava em torno de 70.000 no Brasil, a partir da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e do fomento da formação à distância, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a ampliação da oferta de vagas ao curso de Serviço Social, na modalidade presencial e à distância, o número de profissionais dobrou num lastro de sete anos, chegando o número de Assistentes Sociais a 145.000, em 2014, e a 182.000, em 2018. Em termos percentuais, entre 2007 e 2018, o número de Assistentes Sociais no Brasil teve o aumento de 160%, chegando à segunda colocação no *ranking* mundial.

Esse aumento significativo do número de profissionais Assistentes Sociais, conforme apontado nos indicadores percentuais, não é atribuído apenas à concreção desmensurada da modalidade à distância – a quem se atribui o feito – mas, também, ao significativo aumento da constituição de cursos da modalidade presencial, elementarmente em instituições de sua natureza privada. Proporcionalmente, é nítido que o aumento do número de instituições que ofertam à modalidade a distância foi imensamente superior ao da presencial, 450% e 65% respectivamente, ao passo que a elas se somam os pólos autorizados à oferta do curso.

Como pode ser visto, a profissão, na última década, tem multiplicado o montante profissional, mas não necessariamente tem garantido às bases teórico-metodológicas e ético-políticas. Estamos diante de uma categoria cada vez mais heterogênea, exposta a inúmeras concepções de profissão, de formação, de entendimento acerca das particularidades profissionais, de influência teórico-metodológica, de objeto profissional, de direcionamento profissional e, quiçá, de seu significado social no âmbito da divisão social e técnica do trabalho.

⁴ Conselho Federal de Serviço Social (Cfess) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

⁵ Isso quer dizer, profissionais graduados em Serviço Social com registro profissional nos Conselhos Regionais de sua Região, conforme disposto pelo Art. 2, Parágrafo Único, da Lei 8662/93: “O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenha, jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta Lei” (BRASIL, 1993, s/p).

Nesse campo diverso da formação profissional, a abordagem mecanicista da teoria marxiana ameaça a apreensão da profissão sob viés teórico-crítico e coloca sob alerta a coerência interna e necessária da filiação teórico-metodológica e sua não abordagem leva ao abandono, a imprecisão e/ou a heterogeneidade conceitual dos Fundamentos do Serviço Social, essencial para sintonizar a profissão no tempo hodierno.

Cada vez mais isso permite a processual inserção de tendências estruturalistas e pós-modernas na profissão, as quais respondem de forma imediata e praticista à incapacidade de realizar mediações teórico-metodológicas exigidas pela teoria marxiana, ao passo que o diálogo com o objeto profissional, com as particularidades do assalariamento profissional, com a dinâmica da reprodução das relações sociais e com a relação entre profissão e realidade se tornam secundários em face da busca por respostas prontas, rápidas e equivalentes a uma ou outra situação.

A abordagem dos Fundamentos do Serviço Social, além de não ser tarefa fácil, certamente não se esgota no espaço limitado de um artigo. Sobretudo, fomentar o debate é tarefa necessária, tendo em vista a necessária clareza sobre que profissão é essa; quais as particularidades profissionais na divisão social e técnica do trabalho; as determinações circunscritas na sua condição de assalariamento e inserção em processos de trabalho coletivos; a relação estabelecida com o objeto profissional (leia-se “Questão Social”); as implicações do projeto profissional de natureza crítica; a historicidade da profissão; as decorrências da adoção da teoria social marxiana/marxista; e a interlocução da profissão com a e na realidade brasileira.

Nesta esteira, partimos do pressuposto que os Fundamentos do Serviço Social não fazem menção unicamente às disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social (e sua distribuição em alguns semestres) constantes nos currículos dos cursos, cuja impressão inicial remonta a entender a história da profissão a partir da gênese no mundo, na América Latina e no Brasil. Categoricamente, não é isso. Os Fundamentos do Serviço Social, antes de qualquer coisa, não se tratam de abordagem linear, cronológica, etapista e pré-determinada da profissão no decorrer das suas décadas de existência. Essa apreensão nada mais é do que uma abordagem estruturalista

ou, fazendo analogia a Consuelo Quiroga, do que a invasão positivista no trato dos Fundamentos.

É imerso nessa trama que quando falamos em Fundamentos do Serviço Social estamos nos referindo aos elementos que (a) alicerçam e assentam as bases da formação e do trabalho profissional e (b) conferem configuração particular à profissão em face da processual e orgânica relação com a realidade. Quer dizer, não estamos tratando de uma profissão pré-determinada, cujo roteiro ou manuscrito ensina seu ponto de partida e de chegada. Estamos dizendo que a profissão de (re)configura a partir de sua interlocução com a dinâmica da vida social, que implica, consecutivamente, nas suas dimensões constitutivas e, não ocasionalmente, nas atribuições e competências (que é exatamente aquilo que nos dá exclusividade na divisão técnica do trabalho), na visibilidade social (leitura social da profissão), na clareza do objeto profissional (e aí está o desafio da vigilância crítica para a constante ruptura com a rotinização do trabalho, para não cair nas armadilhas institucionais, imediatistas e reiterativas), no perfil profissional (que sujeito é esse), dentre outros.

Isso exige que nosso ponto de partida na apreensão dos Fundamentos do Serviço Social apreenda a história como processo, na medida em que a dinâmica da realidade social se traduz pela ação dos homens, e, logo, o Serviço Social, elementarmente, deve acompanhar a dinâmica do processo social, pois é a partir dele que seu objeto de trabalho e seus processos interventivos se (re)configuram. Isso se deve ao fato de suas possibilidades de trabalho profissional encontrarem-se inscritas na teia social, na realidade concreta e não sob ela, com um olhar distanciado, formalista e pragmatista. Que a teoria deixe de ser vista como manual para ser aplicado na prática. Partindo de uma unidade dialética, estou dizendo que a teoria só existe em face da realidade e a ela retorna. Para isso, ela precisa ser apreendida como subsídio orgânico que possibilita tematizar a relação entre profissão e realidade. É por intermédio da matriz teórica que a profissão se vê e se coloca na dinâmica social, seja sob uma ótica conservadora, que corrobora o *status quo* para instituir função subsidiária e “serviçal” da profissão à ordem vigente, seja sob uma ótica emancipatória, que privilegia a luta de classes e reconhece a produção e a reprodução das relações sociais, a disputa por interesses antagônicos e a presença de forças sociais

contraditórias, que precisam ser apreendidas enquanto movimento orgânico do próprio modo de produção capitalista. E, enfeixando a concepção de história e teoria, o método, intrínseco à teoria social, enquanto subsídio teórico-metodológico para apropriação e leitura da realidade, orientadas por uma finalidade, ou seja, por sua teleologia (GOIN, 2016).

Sustentado nessa conceituação, os Fundamentos deixam de ser apreendidos enquanto disciplinas isoladas e perpassam transversalmente o currículo e suas disciplinas, na condição de elemento condutor do currículo e da formação profissional, em sua interface teórico-metodológica e ético-política.

A defesa de um projeto profissional perpassa o terreno movediço em que a profissão e, logicamente, os Fundamentos estão inseridos. Apesar da hegemonia do projeto profissional crítico, que apresenta clareza da dimensão ética e política, de nada adianta ficar restrito ao espaço universitário e não realizar mediações com a realidade social, no miúdo do cotidiano. O distanciamento entre o projeto crítico e a realidade concreta é eixo motor para acusação de o marxismo ser antiquado, dogmático ou servir para aquilo que se chama de “prática”, o que abre uma zona infinita de possibilidades para um projeto reformista-conversador⁶, assim como denominado por José Paulo Netto – cuja expressão clássica é a naturalização da “Questão Social” –, ou um projeto reformista socialdemocrata, em que a defesa e ampliação dos direitos sociais se dá nos marcos da sociabilidade burguesa.

A formação torna-se, assim, o lócus privilegiado na composição e condução desse imbróglho profissional – considerando que dá-se, massivamente, em instituições privadas e na modalidade à distância – pois, como lembra Gramsci (2001, p.49), no Caderno 12, “Os Intelectuais”,

na escola atual, em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção de vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência; as de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam

⁶ “Estão garantidas, para a projeção burguesa, as condições de sua reprodução como classe dominante e dirigente, posto que elidam, à partida, a questão da *historicidade* da organização societária: o marco da sociabilidade burguesa é susceptível de *mudanças*, mas no seu âmbito e interior. Com elas, o projeto burguês combina organicamente conservantismo e reformismo: de uma parte, as estruturas nucleares da sociedade burguesa são declaradas o ponto final do processo histórico – com o que se replica à ‘utopia’ comunista; de outra, são reconhecidas como passíveis de aperfeiçoamento – com o que se contesta às demandas proletárias e populares. O *reformismo para conservar* é entronizado como estratégia de classe da burguesia – e nunca sem tensões intraclasse – no capitalismo dos monopólios (NETTO, 2001, p.61-62, grifos do autor).

sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de universidade aparece e é louvado como democrático, quando, na realidade, não é só destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las [...].

Cabe ressaltar, com isso, que é em face da universidade devidamente interessada, para fazer analogia à formação desinteressada apontada pelo Gramsci, estamos expostos a multiplicidade formativa e conceitual, das quais resulta uma gama de implicações profissionais que, de maneira indelével, tem cruzado a profissão, mas ainda tratados de forma diminuta em âmbito profissional.

3 INDICAÇÕES FINAIS: IMPLICAÇÕES À PROFISSÃO NO CENÁRIO HODIERNO

O cenário profissional apresentado não pode ser ignorado frente à conjuntura brasileira, cujos indicadores diariamente tornam-se mais assustadores, uma vez que a intolerância de diversas faces, a homofobia, o racismo, o individualismo, o egoísmo e o recorrente presenteísmo, para citar alguns, tem tomado caminhos (ultraconversadoras) nas diferentes esferas da vida social.

Essa avalanche revela implicações à categoria profissional, que se expressam em termos teóricos, éticos, políticos e formativos:

1. A progressiva perda do objeto profissional como elemento transversal à formação em face da recorrente polarização dos currículos (disciplinas voltadas ao trabalho com famílias, idosos, etc.), como se houvesse formas particulares de “fazer Serviço Social” em cada uma das áreas;
2. A tendência de abordagens que resultam numa formação militantista, teoricista e endógena, carente de mediações teórico-práticas, de diálogo concreto com a realidade, de sintonia entre as particularidades de uma profissão eminentemente interventiva e seu processo formativo;
3. O distanciamento de docentes das disciplinas de estágio, acusada de ser trabalhosa, da obrigatoriedade de realização de visitas sucessivas ao campo, de diálogo permanente com a supervisão de campo e de exigir

- mediações com o processo de formação, dada a articulação teórico-metodológica e ético-política com a técnico-operativa;
4. A tendência a (re)tecnificação da profissão quando ingada-se “o que eu devo fazer em tal situação”, demonstrando a lacuna no campo dos Fundamentos do Serviço Social, e a falta de clareza das competências e atribuições, daquilo que nos é exclusivo na inserção em processos de trabalho coletivos, da leitura e apreensão da dinamicidade da realidade (método), elementos fulcrais ao entendimento do campo particular ao Serviço Social;
 5. A recorrente preocupação com o produtivismo teórico, em detrimento de que formação e de que egresso se está formando;
 6. No campo da Pós-Graduação, a falta de discussão de que pós-graduação é essa e qual o perfil discente, uma vez que esse é o/a discente que formará bacharéis em Serviço Social;
 7. A ausência de debate político acerca do registro profissional para docentes, sem dar-se conta das particularidades profissionais e, logo, da dimensão política aí manifesta;
 8. O processual abandono e/ou gradual perda do perfil de egresso estabelecido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS;
 9. O avanço do reacionarismo na profissão, como é o caso da realização do II Seminário Serviço Social Clínico que aconteceu no mês de maio desse ano, no Rio Grande do Sul, cuja ênfase esteve nas abordagens ecléticas, com expressiva tendência psicanalista;
 10. A busca de manuais operativos de um lado e, de outro, a retomada do militantismo;
 11. O trabalho profissional ausente de apreensão crítica da realidade (sem dar-se conta que é pelas sucessivas aproximações ao real que se faz o desvendamento da realidade, o que não quer dizer que enquanto isso ficaremos inertes ou paralisados);
 12. A inobservância aos princípios éticos profissionais, o que ao invés de viabilizar direitos, os viola, como tem se revelado com o aumento exponencial das denúncias e instauração de processos éticos junto aos Conselhos Regionais de Serviço Social.

Esses elementos demonstram que a defesa e manutenção da base teórico-crítica pode estar em xeque caso desatentarmos para essas implicações interpostas à profissão – e que, não raramente, tem adentrado o corpus profissional – e não as enfrentarmos com a clareza teórico-metodológica que demanda.

Sobretudo, não basta reconhecer essas ameaças à profissão. Há que se fazer o enfrentamento de forma argumentativa, subsidiada, sem endogenismos revestidos de aparato crítico. As implicações estão postas. Basta saber como vamos nos organizar conjuntamente para superá-las, caso contrário, estamos com os dias contados para uma ruptura profissional, agora sob viés pós-moderno.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996. Disponível em:

<http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf>.

Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social**. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 20 jun. 2018.

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe**: os diferentes caminhos do Brasil, do Chile e de Cuba. Porto Alegre: PUC, 2016. 218f. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

GRAMSCI, Antonio. **Caderno do Cárcere**, volume 2 . Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse estatística da educação superior** (2013). Brasília: Inep, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS A NÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**

(2016). Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?:** mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Org.). **Serviço Social e Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 11-34.